4 ■ SEGUNDA-FEIRA | 10 de agosto de 2015 CORREIO DO POVO

# PALAVRA DO SENGERS Sindicato dos Engenheiros

#### ESTADO ARCAICO E REPETITIVO

A atual crise financeira do Governo do Estado é o que se pode chamar de uma morte anunciada. Observamos ao longo das últimas décadas não apenas a repetição de equívocos administrativos, como principalmente a falta de vontade política necessária às mudanças estruturais de que tanto precisamos. A supremacia de projetos de governo, afeitos aos interesses político-partidários, sobre projetos de estado, de longo prazo, é o maior dos prejuízos, que transformam o Rio Grande de hoje num estado arcaico. As "velhas soluções" que nada resolvem, como cortar ou atrasar salários, aumentar a carga tributária, vender ativos ou propor privatizar empresas estratégicas como CEEE, CORSAN, SULGÁS e CRM, por exemplo, precisam ser abandonadas. Novas propostas devem ser construídas com transparência e diálogo com a sociedade. E antes que dados oportunistas expondo contracheques milionários façam recair nos ombros dos servidores, cuja imensa maioria ganha baixos salários, o ônus e a responsabilidade pelo absoluto estado de penúria das finanças do Estado, se faz necessário apontar de forma clara e precisa os gestores públicos, de todos os partidos e de todas as administrações, como responsáveis diretos pelo gigantesco rombo. Testemunhamos a cada dia a deterioração da qualidade dos serviços públicos mais elementares, como saúde, educação, segurança, infraestrutura, assistência técnica rural, ao mesmo tempo em que a carga tributária sustentada pelo cidadão comum é cada vez maior. Enquanto isso, no que toca a maioria dos servidores estaduais, o que se vê é desrespeito, desestímulo, falta de valorização das carreiras, péssimas condições de trabalho, ausência de programas de qualificação profissional e, acima de tudo, o estigma da incompetência e da falta de compromisso com o interesse público, grandes falácias a serviço de interesses particulares bem identificados. Para superar a crise é preciso um conjunto de medidas estruturantes como, por exemplo, reforçar a fiscalização e combater a sonegação, criar um fundo de aposentadoria, enxugar estruturas que já não se justificam, questionar e renegociar com altivez a dívida impagável com o governo federal e, mais engenharia. Alguns exemplos de como a engenharia pode ajudar: engenheiros da CIENTEC, que vem sendo sucateada há muito tempo, desenvolvem tecnologia para gaseificação do carvão possibilitando aproveitamento de uma enorme riqueza do subsolo gaúcho em uma região economicamente deprimida; a EMATER, que está com orçamento cortado e demitindo pessoal, através de engenheiros leva tecnologia para que agricultores tenham mais produtividade; a pesquisa do IRGA, feita por engenheiros, desenvolve variedades de arroz mais produtivas que contribuem significativamente para aumentar a renda do setor e a arrecadação de tributos para os cofres do Estado; a infraestrutura viária, estradas vicinais e pontes fundamentais para o escoamento das safras e diminuição de custos de transporte, necessitam de engenharia para conservação e manutenção, responsabilidade do DAER - que está sendo sucateado; no saneamento, cujas ineficiências se verificam agora nos alagamentos, por exemplo, a presenca de engenheiros é fundamental na elaboração dos planos de resíduos sólidos e na formulação e execução de projetos de drenagem urbana, verifica-se, em geral, um quadro de carência de engenheiros nas Prefeituras Municipais que, quando contratam, via de regra, o fazem por salários absurdamente aviltados; e assim por diante, poderíamos ficar enumerando a importância destes profissionais e os exemplos do quanto os gestores menosprezam o conhecimento e atropelam os órgãos de Estado com nomeações exclusivamente políticas em cargos e funções que exigem conhecimento técnico. Aguarda-se ainda, no bojo das medidas do Governo Sartori, alguma que reconheça este quadro e reforce todos os setores com profissionais qualificados, com capacidade para prestar os serviços de qualidade, planejar e executar políticas públicas para que o RS supere a crise e volte a crescer. Exatamente o oposto do que a LDO, recentemente aprovada na Assembleia, preconiza quando propõe reajuste zero a todos os servidores, entre eles os

engenheiros, cada vez mais desvalorizados e desestimulados.

Diretoria do SENGE

## **Economia**

economia@correiodopovo.com.br Editor: **Eugenio Bortolon** Editora assistente: **Eloisa Kirsch** 

#### **Procurador Naguib palestra no IEE**

■ Miguel Naguib, advogado e procurador do estado de São Paulo, é o palestrante convidado do jantar-debate de hoje do Instituto de Estudos Empresariais (IEE). Naguib apresentará uma análise dos aspectos jurídicos da doutrinação política e ideológica em sala de aula e da usurpação do direito dos pais sobre a educação moral dos filhos. O evento, para associados do IEE, será às 19h, no Instituto Ling, em Porto Alegre.

# Rebelião de auditores ameaça a arrecadação

Funcionários exigem inclusão na PEC 443, que eleva teto da remuneração

rasília – Se o governo já tinha problemas com a queda da arrecadação devido à retração da economia, esse quadro agora corre o risco de ficar ainda mais grave. Os auditores da Receita Federal – que têm papel-chave no recolhimento dos impostos - ameaçam fazer uma rebelião caso não sejam incluídos na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 443, segundo o jornal O Globo. A PEC aumenta o teto da remuneração de advogados públicos e delegados de Polícia para até R\$ 30.471,00. E, na tentativa de contornar a crise, apesar de contrário ao projeto, o Ministério da Fazenda acabou manifestando apoio aos auditores.

O secretário da Receita, Jorge Rachid, enviou e-mail a todos os superintendentes do Fisco afirmando que os auditores fazem um trabalho de excelência e que não iria se omitir "em defender a instituição nas discussões ainda em andamento da PEC 443". No mesmo dia, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, divulgou uma nota na qual afirma que "o respeito e o reconhecimento da atuação da Receita Federal e de seu corpo funcional, além de merecido, é indispensável para se garantir a estabilidade econômica e a prosperi-



Ministro da Fazenda Iloquim Levy

dade do país". Segundo os auditores, o grupo ficou revoltado porque, durante a discussão na Câmara, deputados ressaltaram a importância dos advogados públicos para a arrecadação federal — e trataram a Receita como uma categoria de menor relevância. Os parlamentares rejeitaram uma emenda aglutinativa secretarios secretarios dade os auditores, o grupo ficou revoltado ma que em co cia, fo de a verta de a verta de a a cia. Os parlamentares rejeitaram uma emenda aglutinativa

que incluía o Fisco na PEC.

O posicionamento do líder do governo, José Guimarães (PT-CE), contra a emenda deixou os auditores particularmente irritados. O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Cláudio Damasceno, garante que a categoria já cruzou os braços e deve ficar paralisada por



Secretario da Receita, Jorge Rachid

tempo indeterminado. Ele estima que pelo menos mil cargos em comissão, de superintendência, foram entregues no país desde a votação da PEC, na última quarta-feira, "e esse número tende a aumentar cada vez mais".

"A consequência disso é que a Receita está parada desde o dia da votação e vai continuar. Os auditores pararam completamente as atividades e já há entrega de cargos em comissão. A situação é muito ruim", afirmou.

Um dos principais motivos da indignação dos auditores é o fato de José Guimarães ter se posicionado contra a emenda que incluiria a Receita na PEC, embora tenha defendido a aprovação da emenda.

### Direção da Anfip critica o Planalto

Brasília – O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Vilson Romero, criticou a forma como foram tratados durante a aprovação em primeiro turno da PEC 443/2009 na Câmara dos Deputados. "Não bastasse a exclusão da classe do texto que equipara os vencimentos de carreiras de Estado a percentual do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), os auditores fiscais tiveram de ouvir líderes ligados ao Palácio do Planalto tratá-los como servidores sem importância", argumentou.

### Fazenda defende servidores

Brasília — A Receita Federal desempenha um papel fundamental no Estado brasileiro, sendo a instituição protagonista na arrecadação necessária para prover o país com os recursos que fazem frente às despesas com saúde, educação, infraestrutura e outras ações públicas, assim para o financiamento dos demais poderes da República, diz nota do Ministério da Fazenda.

Esse esclarecimento, segundo a Fazenda, "faz-se oportuno em decorrência de pronunciamentos ocorridos no curso do processo de votação da PEC 443, de 2009, aprovada em primeiro turno na Câmara, em que combate à sonegação fiscal e la vagem de dinheiro. A excelênce desta instituição, diz a nota, e tá alicerçada no permanen comprometimento e no traballe executado pelo conjunto de seu servidores, incluídos os fiscais.

se incluíram menções equivocadas à Receita e ao conjunto de seus servidores, em especial os auditores fiscais". A Fazenda destaca que de toda a arrecadação tributária do país, 66% são de responsabilidade da Receita, "incluindo aquela que sustenta a Previdência Social". Dentre as inúmeras atribuições do corpo funcional da Receita, o ministério cita o controle aduaneiro e o combate à sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. A excelência desta instituição, diz a nota, está alicercada no permanente comprometimento e no trabalho executado pelo conjunto de seus

## Analistas tributários prometem parar

Brasília — Cerca de 8 mil analistas tributários prometem paralisar hoje as atividades em todo o país. A atitude é uma resposta à rejeição de uma emenda à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 433, a qual vincula o salário da Advocacia Geral da União (AGU) e de outras carreiras ao dos ministros do Supremo Tribu-

nal Federal (STF). A emenda incluía a carreira de auditor fiscal entre os beneficiados.

A paralisação foi anunciada por meio de nota divulgada pelo Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita). A paralisação, segundo o sindicato, deve interromper o atendimento ao contribuinte nas delegacias, inspetorias e agências, além de emissão de certidões negativas. Todos os processos de cobrança ficam sobrestados.

A fiscalização, vigilância e repressão nos portos, aeroportos e postos de fronteira também ficará prejudicada, alertou o Sindireceita.

